

DOSSIÊ TEMÁTICO

UMA PERSPECTIVA SOBRE SEXUALIDADE ATRAVÉS DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

| 128

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza¹

Resumo: Este texto esforça-se em apresentar possibilidades teórico-políticas que baseiam a noção de sexualidade a partir dos fundamentos teórico-filosóficos do materialismo histórico dialético, perpassando por uma aproximação dos fundamentos da ontologia do ser social. A partir da premissa do trabalho como fundacional ao ser social, o texto reflete sobre a individualidade e a corporeidade enquanto peças tácitas para a uma abordagem da sexualidade nas trilhas da ontologia do ser social.

Palavras-chave: Ontologia; Trabalho; Individualidade; Corporeidade; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

O esforço deste texto é apresentar conexões entre os fundamentos marxistas e possíveis leituras da sexualidade, buscando superar análises dicotômicas e/ou reducionistas entre o econômico e o sexual, evidenciando as objeções socioeconômicas postas pelas contradições do capitalismo, que impede a garantia de uma sociabilidade de liberdade e igualdade, elementos centrais para pensar em liberdade sexual. Com isso, trilhamos um caminho teórico-político que baseia a noção de sexualidade a partir dos fundamentos teórico-filosóficos do materialismo histórico dialético, perpassando por uma aproximação de leituras aos fundamentos da ontologia do ser social², elegendo a corporeidade e a individualidade como fios condutores dessa aproximação.

¹ Assistente Social e Mestre e Doutorando em Política Social pela UnB. Membro do Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisa em Política Social e Trabalho (GEMPP/UnB). kaicribe@gmail.com

² Trata-se dos estudos elaborados por Georg Lukács (1885 – 1971) condensados nas obras “Para uma ontologia do ser social I e II” e em “Prolegômenos: para uma ontologia do ser social hoje possível”. O grande interesse do autor era “compreender o pensamento marxista no que se refere à construção social da subjetividade, da consciência que individualiza os sujeitos na sua constituição dialética” (BONA JÚNIOR, 2014, p. 34) a partir de um tratado ontológico, partindo do Trabalho como categoria central desses complexos sociais. Lukács não fala profundamente de sexualidade e, quando fala, refere-se às relações

O que tentaremos expor aqui é como o trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social envolve dialeticamente o desenvolvimento da corporeidade e da individualidade e que, por estes, estão implicadas as objetivações do trabalho e sua qualificação ou não das relações sociais. A sexualidade é vista como um devir dialético desse processo e como um fundamento emancipatório da individualidade e do ser social, mas que é interdita pelas relações sociais capitalistas.

A “Ontologia do Ser Social” proposta por Georg Lukács, diz de uma teoria do ser social, ou seja, uma teoria do que substancialmente constitui o indivíduo humano e sua espécie – o gênero humano. O autor busca compreender tanto vínculos quanto distanciamentos entre natureza e social, refletindo a construção teleológica, ou seja, a intencionalidade da ação frente a uma necessidade e como essas ações, contribuem para o processo de construção da consciência. A ontologia do Ser Social é, portanto, um estudo materialista das ações humanas, suas vinculações e distinções com a natureza, bem como as passagens materiais de umas práxis humanas que substancie a existência humana, para as formas sociais que a obstaculiza. Para o autor, o trabalho é a categoria social com maior peso ontológico pois permite a superação de um estágio para outro, no que tange ao indivíduo particular, quanto ao ser social. Isso, porque o trabalho constitui tanto uma ponte, quanto um vínculo entre natureza e humanidade, quanto protoforma de toda ação humana, por sua função teleológica, presente também na linguagem, na sociabilidade e na divisão do trabalho.

Concordamos com Santos (2017): o grande desafio da tradição marxista com os temas e a luta política da diversidade sexual (e com as questões de gênero e étnico-raciais) atravessa sua redução a uma teoria economicista, que subsumi a noção de individualidade a uma visão economista de classe social; desqualifica a política e as “as grandes questões que permeiam a relação entre consciência e realidade ou sobre o papel ativo da consciência no mundo real” (SANTOS, 2017, p.11); classifica o debate em termos da cultura como antirrevolucionário e questões alienantes (e, acrescentamos, a

sexuais entre homens e mulheres, reconhecendo que o conceito de sexualidade não é estrito ao biológico. Ambas as passagens ainda estão em processo de estudo e aprofundamento. Aqui, não trabalharemos diretamente com Lukács em sua inteireza, mas proporemos leituras inspiradas no sistema de pensamento do autor.

caracterização como temas pós-modernos); caracterização mecânica das lutas sociais, travando algumas como gerais e outras como específicas; “confinação do direito e da política às determinações econômicas” (SANTOS, 2017, p. 11).

Dessa forma, buscamos nos aproximarmos da carga ontológica do ser social para resgatar no trabalho, categoria chave do marxismo, o elemento filosófico-social para reflexão da individualidade, da corporeidade e da sexualidade. Este texto está dividido em quatro partes. A introdução está contida na primeira parte. A segunda apresenta o que entendemos ser um ponto de partida para a base ontológica do marxismo para uma apreensão da sexualidade; a terceira expõe as implicações capitalistas na corporeidade e individualidade, e a quarta traz as notas conclusivas.

Trabalho, sociedade e individualidade.

Acreditamos ser um desafio para qualquer sujeito refletir sobre de onde começar uma análise da sexualidade. Nossa escolha teórico-metodológica e política foi de, nesse texto aproximativo, adotar as bases filosóficas das contribuições materialistas para afirmar a relevância da sexualidade enquanto uma dimensão objetiva e subjetiva importante para a construção social da individualidade. Costa (2012) e Santos (2005), a partir da ontologia lukácsiana, consideram que o entendimento da personalidade/individualidade³ é um caminho de contribuição da teoria marxista para o entendimento da diversidade humana e de suas expressões em sexualidade e gênero.

³ Não se trata de sinônimos. Para Costa (2012, p. 11), a personalidade “reflete o desenvolvimento das capacidades dos homens no processo de reprodução social iniciado com o trabalho e de sua dialética relação com a construção da interioridade dos sujeitos. No seu caráter geral, expressa a busca do homem pelo conhecimento de si e das possibilidades da consciência acerca da condução do próprio processo de humanização” e, para Santos (2005, p. 44), a individualidade é o “caráter social da individualidade consiste no fato dos indivíduos estabelecerem relações e nexos para a produção de suas necessidades, utilizando e transformando os meios e as condições postas na natureza, tendo, como principal elemento, a ação de reciprocidade estabelecida neste intercâmbio, em que cada indivíduo necessita e se realiza por intermédio do outro. É nessa perspectiva que os indivíduos são, necessariamente, sociais e históricos; que suas ações e sentimentos não podem ser entendidos fora da vida social, de forma isolada e autônoma e que a substância do ato de individualizar-se é ser para si na medida em que se é para o outro”. Neste texto, trabalharemos com o termo individualidade não por considerá-lo mais adequado, mas sim por que seu emprego estabelece conexões mais aprofundadas do que o conceito de personalidade. Mas entende-se que as fronteiras entre os dois conceitos não são tão rígidas e opostas.

A discussão sobre o conceito de "indivíduo" sofreu determinados graus de reducionismo ao longo da tradição histórico social do materialismo histórico dialético, sendo interpretado erroneamente como um tema de "posição subalterna no interior do corpo teórico dessa tendência" (COSTA, 2012, p. 12). Isso porque tenderia a ser um debate subjetivista, negador da totalidade social e do conflito de classe, o que para nós é um equívoco. A discussão da individualidade é um campo rico de apreensão da realidade, pois permite o registro, em constante articulação, das externalidades e interioridades humanas, que se constituem a partir do "intercruzamento dessas dimensões, de dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade" (SILVEIRA, 2002, p. 104).

Para isso, consideramos necessário um entendimento ontológico da individualidade. Por ontológico estamos nos referindo "[à] apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia poder ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social" (TONET, 2013, p. 12). Isso não implica em um esgotamento completo dos traços constitutivos do indivíduo, mas sim em uma aproximação de "determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral" (TONET, 2013, p. 14).

Assim, a categoria trabalho contribui para entender a individualidade, pois esta categoria nos ajuda a compreender a gênese e o desenvolvimento do ser social e da individualidade enquanto polaridades intrínsecas do desenvolvimento humano-social. O conceito de trabalho, dentro da tradição marxista, é o polo ontológico central de elaboração do indivíduo e da sociedade, já que:

[é] protoforma da atividade humana e ainda o modelo de toda prática social, dado que com ele nascem categorias especificamente sociais inexistentes na natureza que irão se explicitando no processo reprodutivo mediante o desenvolvimento histórico-social. O trabalho possibilita conexões, processos, objetividades, que, tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo, representam algo qualitativamente novo em relação aos processos naturais, na medida em que as leis da natureza são reorganizadas sob novas combinações (COSTA, 2012, p. 18).

O trabalho ganha essa dimensão fundacional à atividade humana, pois é o que “constitui a relação real e história entre o homem⁴ [indivíduos] e a natureza e, ao mesmo tempo, ele determina as relações recíprocas entre os homens [indivíduos], isto é, a totalidade da vida humana” (MÁRKUS, 2015, p.27). O trabalho “cria continuamente novidades objetivas e subjetivas” (COSTA, 2012. p. 18) e é fonte ontológica criativa e elaboradora de conexões, impulsiona o desenvolvimento do ser social e, assim, “torna as relações entre homens [indivíduos] e a natureza mediadas por categorias sociais crescentemente mais complexa” (COSTA, 2012. p. 20). Isso significa dizer que medeia as necessidades sociais e individuais, bem como os impulsos criativos, para satisfazer novas necessidades, sejam de cunho social, político, cultural, espiritual ou econômico. Em seu âmbito criativo, o trabalho “possibilita conexões, processos [e] objetividades” que subjetivamente e objetivamente o impulsionam “sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades” (COSTA, 2012. p. 20).

O trabalho é, portanto, uma atividade que assegura a existência individual e social, tanto uma base material da sociedade quanto fundamento simbólico e espiritual além de ser, essencialmente, uma atividade vital humana porque produz uma *realidade* humana com seus sentidos, cultura, linguagem e consciência.

A atividade de trabalho cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva quanto subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, o ser humano objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada nos produtos e fenômenos culturais passa a ser ela também objeto de apropriação, isto é, o ser humano deve se apropriar daquilo que de humano ele criou. Tal apropriação gera nele necessidades humanas de novo tipo, que exigem nova atividade (DUARTE, 2013).

Assim, não é uma atividade puramente produtiva ou que *em si* elabore e encerre todas as esferas da vida social. Merece destaque que o trabalho possibilite o

⁴ Dentro dos estudos marxistas o termo “homem” é lido como referência para gênero humano, humanidade. Dentro da perspectiva que assumimos, adotamos uma postura crítica ao termo dentro dessa perspectiva, refletindo toda a crítica feminista e da pluralidade dos sujeitos, apagados na histórica universal da existência humana. Quando o termo estiver nas citações dos autores iremos pôr em colchetes o termo indivíduo a fim de fugir de possibilidades linguisticamente machistas; quando fora da citação, o termo indivíduo será o termo utilizado.

desenlaçar de um “conjunto de mediações, [e] por seu intermédio desencadeia-se a reprodução social e simultaneamente se reproduzem, também, o gênero humano e a individualidade” (CISNE&SANTOS, 2018. p. 27-28).

Trabalho aqui entendido como relação dialética e síntese entre teleologia (capacidade humana de projetar previamente a finalidade de uma ação – prévia-ideação) e causalidade (realidade natural) que se objetiva em um resultado/objeto (causalidade posta). Esse processo possibilita o desenvolvimento das forças produtivas, por meio do afastamento das barreiras naturais, constituindo-se o trabalho, do ponto de vista ontológico, no ato fundante do ser social (CISNE&SANTOS, 2018. p. 27).

Essa teleologia é a intencionalidade de uma ação, ou seja: se o trabalho é o polo mediador que desencadeia a produção do ser social e da individualidade, antes de se modificar e interagir com o ser natural para transformá-lo em social, projeta-se o que irá fazer, o como fazer e também o necessário para elaborar essa ação. Assim, esse projeto “não surge do nada nem é fruto de conhecimentos anteriores ao existir; sua origem é o processo de vida concreto em que o indivíduo se apropria de conhecimentos disponíveis à sua época” (HÚNGARO, 2008, p. 101). Ao elaborar esse projeto e partir para sua execução, o indivíduo “executa aquilo que projetou, empreendendo uma transformação na natureza, e, ao mesmo tempo, também sendo transformado, já que a natureza impõe resistência à sua ação e, dessa forma, faz com que aquilo que havia sido projetado, não se realize exatamente da maneira como foi idealizado” (HÚNGARO, 2008, p. 101) e, ao fim desse processo, tem-se o produto do trabalho. O resultado do trabalho sobre a matéria enquanto ação transformativa implica, ao mesmo tempo, em “[uma] concretização daquilo que havia sido idealmente projetado – apesar de nunca sair tal qual foi projetado – e a configuração de um novo momento da realidade, ou em outras palavras, depois do produto pronto, a realidade está diferente do que era” (HÚNGARO, 2008, p 101 – 102). É nesse movimento de interação com a natureza, consigo mesmo e com o objeto que resulta do trabalho que o indivíduo elabora a si mesmo enquanto sujeito e ser social, numa relação dialética e ontológica.

Assim, é por intermédio do trabalho que o ser social emerge. Este último é apreendido enquanto “um complexo essencialmente distinto do mundo natural, por ter sua base numa ação conscientemente orientada para modificação de uma determinada

realidade” (COSTA 2012, p. 19). Oriundo do trabalho, o ser social, resultado de uma ação orientada, é a síntese de atributos e possibilidades de uma sociedade em probabilidades de interações, em que “[a] cada estágio do seu desenvolvimento, o se social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens [indivíduos], concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais.” (NETTO, BRAZ, 2006, p. 45). Na esteira dos autores, podemos afirmar que o ser social é o modo de ser de uma sociedade. O conceito de trabalho possui flexão ontológica de elaboração, criação, aperfeiçoamento e desenvolvimento do ser social e da individualidade, pois interfere diretamente nos “patamares de desenvolvimento da sociabilidade humana e da exteriorização da individualidade dos seres humanos” (HÚNGARO, 2008, p. 100). Essa exteriorização das individualidades produz o grau civilizatório do ser social e as objetivações que devem potencializar o desenvolvimento humano social.

Esses conjuntos de atributos e possibilidades de uma sociedade são produtos do trabalho e, portanto, **objetivações humanas**: entendidas enquanto “o acervo histórico-cultural da humanidade (do gênero) e, portanto, disponível para ser apropriado pelos homens; para ser subjetivado pelos homens; para o “enriquecimento” das singularidades; para se tornar natureza humana” (HÚNGARO, 2008, p. 44). Assim, coexistem diversas objetivações humanas, das menos complexas às mais complexas, “tais como: o gesto, o riso, o movimento e a fala cotidiana; até as mais privilegiadas e duradouras como: o trabalho (a possibilidade de criação de um produto, de uma obra), a arte, a ciência e a literatura” (HÚNGARO, 2008, p. 44). E, a partir desse ponto, a carga ontológica do trabalho enquanto produtor do ser social implica diretamente na qualidade das relações sociais em que está inserida a interconexão entre sociedade e individualidade.

Isso porque o desenvolvimento da individualidade está inserido nessa relação complexa entre possibilidade de apropriação das objetivações humanas oriundas do trabalho: “a condição existencial humana é a condição de objetivação” (HÚNGARO, 2008, p. 44). Essa relação tem a ver com o complexo gênero-indivíduo. Isso porque cada objetivação humana plasmada no ser social exige que cada indivíduo se “[aproprie] ao menos de um mínimo desses resultados da atividade social para poder viver sua

cotidianidade” (DUARTE, 2013, p. 38). Assim, nesse processo, o “indivíduo se apropria das características do gênero humano” (DUARTE, 2013, p. 39), e assim, as objetivações do trabalho, vão reproduzindo o modo de ser de uma sociedade, implicando que o processo de formação histórico-social do indivíduo, intercrusa-se com o da gênero humano.

Desse modo, expor a dimensão ontológica de constituição da individualidade é reconhecer o indivíduo “como sujeito histórico, simultaneamente ser singular e ser genérico” (CISNE&SANTOS, 2018, p. 31) em que “a riqueza da individualidade vai depender das relações sociais nas quais cada ser humano está inserido” (DUARTE, 2013, p 63). Para o autor: “para se formar como indivíduo humano, cada pessoa deve se apropriar da riqueza material e espiritual produzida pela humanidade” (DUARTE, 2013, p 65), processo que sofre com diversos obstáculos na sociedade capitalista. Costa (2012) sinaliza que essa produção material e espiritual é a comprovação de que a individualidade não é “simplesmente dada culturalmente, mas posta, ou seja, produzida material e espiritualmente pela sociedade” (p. 12).

A individualidade permite compreender “os indivíduos em suas relações concretas de existência” (SANTOS, 2017, p. 09). Nessas relações concretas, as identidades, sentimentos, expressões corpóreas, gêneros e símbolos são materializados e constituídos fora nas relações sociais e do percurso histórico social da humanidade. Nesse sentido, observa-se então uma individualidade que se conecta com a sociedade em movimento e transformação. A individualidade é entendida como um “complexo parcial que ganha concretude e possibilidades de realização na relação dinâmica e contraditória com a totalidade social” (SANTOS, 2005, p. 24) e está dialeticamente relacionada com a sociabilidade. Assim, a individualidade se relaciona com “diferentes modos de ser da dominação e da subalternidade se efetivarem” (SANTOS, 2005, p. 24), o que pode ampliar ou não a possibilidade de vivência livre da sexualidade. Nessa condição, há dilemas e desafios postos sobre a relação individualidade-sociabilidade presentes na sexualidade. Ao mesmo tempo em que possui condições de aprimorar a individualidade, constituindo-se enquanto dimensão de potencialidade humana, a sexualidade também tem condições de constituir diversas formas de opressão. Como componente particular da

diversidade humana e desenvolvida na relação entre sociabilidade e individuação (SANTOS, 2017), no que tange sua inserção na subjetividade e nas objetivações: a “diversidade sexual apresenta-se como um solo favorável à reprodução de opressão e de violação de direitos, constituindo-se, também, produto da individuação, da liberdade e do aprimoramento humano” (SANTOS, 2017, p. 8).

Na tradição marxista, calcada na crítica da economia política, o que impele essa objetivação é a exploração da força de trabalho e o estatuto da propriedade privada, que impedem que haja transcendência do singular para o gênero humano, ou seja, impedem a objetivação própria do ser individual, as objetivações humanas-genéricas oriundas do trabalho ontológico. A exploração do trabalho e o estatuto da propriedade privada são obstáculos, sustentados pelo estranhamento do trabalho, para o desenvolvimento pleno da individualidade. O trabalho é apropriado pela operacionalidade capitalista e se transforma em algo estranho ao indivíduo. Por isso, aquela atividade fundante do ser social e da individualidade passa a ser um mero meio de existência do indivíduo submetido às contradições e interesses de acumulação da riqueza submetida à exploração do trabalho. Nesse sentido, aquilo que em tese geraria humanização acaba provocando uma “autoatividade humana, do cérebro e do coração” (MARX, 2010, p. 83) e torna-se algo *estranho* a quem elabora essa objetivação. Engendra, portanto, uma perda de si em que o ser só se sente em funções animais “comer, beber e procriar” (MARX, 2010, p. 83).

O estranhamento do trabalho submete o indivíduo a quatro contradições. A **primeira** é o estranhamento do indivíduo com a natureza em que esta torna-se meio, instrumentalidade em vez de um sistema de coexistência e de permuta mútua de desenvolvimento humano-social; a **segunda** é o estranhamento do indivíduo de si mesmo e de sua atividade vital no interior do processo de trabalho já que esta não lhe oferece qualquer satisfação a não ser no momento de vendê-la a alguém. Este é o estranhamento de si mesmo. Isso implica um atrofiamento dos sentidos do ser humano, que não concebe apreender as relações sociais como resultado das suas ações, ou seja, enquanto frutos da produção e reprodução contraditória do capitalismo, enquanto modo de produção e modo de vida, em que a atividade vital trabalho só aparece para ele enquanto “meio para a

satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (MARX, 2010, p. 84). A **terceira** contradição elementar do estranhamento do trabalho é o estranhamento do ser genérico, ou seja, das objetivações do trabalho; tanto no que se refere à natureza dessa objetivação, que torna um ser estranho a ele mesmo ou em um mero meio de existência. Ou seja: o que é símbolo de efetivação do trabalho humano é estranhado por ele e, assim, o indivíduo estranha “seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*” (MARX, 2010, p. 85); e a **quarta** contradição é o autoestranhamento do indivíduo pelo indivíduo, implicando em um estranhamento de um indivíduo sobre o outro. Dessa forma, a relação com o indivíduo tem com o processo de trabalho é sempre uma relação com um objeto “*estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem enquanto estranho (*fremd*), a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto” (MARX, 2010, p. 87). Assim, a relação do indivíduo (com o trabalho, consigo e com o outro) está sempre sob o domínio da “violência e o jugo de um outro homem” (MARX, 2010, p. 87).

O que estamos aqui chamando de estranhamento são objeções sociais “à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações (*Entäusserunge*) por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada” (RANIERI, 2001, p. 24). Assim, esse estranhamento tem um impacto profundo na individualidade do sujeito, provocando uma sensação de:

[ser] alheio, isolado, estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade, assim como à atividade mesma, além de estar isolado ou alheio a natureza a partir da qual produz e vive em conjunto com os outros seres humanos. Igualmente, este processo de estranhamento aparece nas relações estabelecidas entre os próprios homens como insuficiência do processo de reconhecimento societário, na medida em que estão fundamentalmente comprometidas as possibilidades humanas de emancipação historicamente engendradas (RANIERI, 2001, p. 9).

Nesse trânsito em que o trabalho é visto como polo ontológico de desenvolvimento do ser social e da individualidade e tem sua função vital apropriada e transformada em estranhamento pela produção e modo de vida do capitalismo, um solo fértil se faz disponível para as tessituras ontológicas materialistas sobre sexualidade. Isso

porque concordamos com Bona Júnior (2013, 2014) que o principal efeito desse estranhamento do trabalho é a *dessubjetivação* humana, ou seja, o estranhamento do trabalho esvazia as possibilidades do “ser humano [de] se tornar sujeito de si e do mundo, pelo trabalho” (BONA JÚNIOR, 2014, p.35), impossibilitando condições históricas e singulares de desenvolvimento pleno e emancipado do sujeito. Assim, na esteira do estranhamento do trabalho,

Os impactos da apropriação capitalista do trabalho trazem consequências funestas a todas as formas do homem se relacionar consigo mesmo e com os outros. O corpo lhe é estranho, o outro lhe é estranho, então a sexualidade é tratada como dimensão igualmente alheia – vendável e comprável – e não como dimensão fundamental na própria construção do sujeito (BONA JÚNIOR, 2014, p. 35).

A partir de premissas de constituição da individualidade, pode-se compreender os intercruzamentos ontológicos cujas determinações centrais, entre externalidade e interioridades humanas, permitem um aprofundamento no modo de ser de uma sociedade e dos indivíduos, tendo em vista as objetivações de relações cada vez mais sociais. O trabalho enquanto protoforma cria, elabora, aperfeiçoa e desenvolve complexos articuladores que, implicados no contexto histórico social, permitem ou não a objetivação do trabalho.

Do ponto de vista do trabalho como uma flexão ontológica e fio condutor da discussão de sexualidade, não se pretende afirmar sua origem no trabalho, mas, reconhecer que é “a categoria mais importante do pensamento de Marx na qual se pode entender o homem em sua corporeidade” (BONA JÚNIOR, 2013, p. 45). E é na corporeidade que a sexualidade se expressa. É a partir do trabalho que “opera, no humano, a passagem do ser natural para o ser social; do físico/biológico para o subjetivo” (BONA JÚNIOR, 2014, p. 34). Portanto, a partir do trabalho e de sua carga teleológica, o ser humano “pode se emancipar por seus atos de trabalho, numa práxis consciente e transformadora” (BONA JÚNIOR, 2014, p. 34). E que no campo do estranhamento, a superação da exploração do trabalho, a subsunção do trabalho ao capital e a propriedade privada, como pressupostos para superação do estranhamento em diversos níveis, implica diretamente no conhecimento da sexualidade campo incidente dessa relação.

Corporeidade e individualidade

Ao conceituarmos corpo e sexualidade no âmbito do materialismo histórico dialético, exige-se uma recuperação de “elementos que na tradição marxista, permitam conceituar o indivíduo humano como “ser” que, pelo trabalho desenvolvido na (e pela) corporeidade, transforma o mundo e constrói a si mesmo em sua subjetividade” (BONA JÚNIOR, 2014, p. 34). A crítica ontológica da sexualidade busca reafirmar o potencial emancipatório da sexualidade, aproximando-se do que César Nunes (1996, 2003, 2012), chama de sexualidade em perspectiva emancipatória, um complexo de disputa e resistências por “conquista da autonomia cultural, da originalidade estética, da responsabilidade ética, da competência produtiva, do compromisso político e social nascido do amadurecimento educacional” (NUNES, 2003, p.12), objetivando um resgate dos fundamentos das opressões sexuais “de modo a elucidar suas contradições históricas, discutir suas bases antropológicas, investigar suas matrizes sociológicas e identificar suas configurações políticas” (NUNES, 1996, p. 227). A busca é pela desarticulação de todo discurso moral, estereotipado, violento e repressor que solidificou a vivência com a sexualidade e partir a uma elaboração de um discurso que permita uma práxis ético-moral e político-emancipatória, pressupondo o desvendar dos mecanismos de degradação do sentido da sexualidade no capitalismo, que valorize à diversidade e dissidências de gênero e sexualidade, as formas plurais de família, os direitos sexuais, o combate à violência, a desnaturalização da heterossexualidade e outras práticas que configurem políticas para todo o gênero humano.

Porém, apostamos numa política radical e afirmativa da sexualidade localizando-a na sua importância ontológica enquanto dimensão humana que acompanha seu processo de transformação em *ser social*, centro de um discurso ético-moral e político-emancipatório, pois, permitirá a conquista de uma sexualidade humanizadora, “voltada para as maiores potencialidades de vida de todo ser humano” (NUNES, 1996, p. 246), rompendo então com a estrutura de morte e negação da vida que engendram no sujeito o trabalho explorado e a vida cotidiana estranhada, que são marcadas pela “exploração e inúmeras formas de desigualdade ou injustiças [e que] não poderão nunca instituir formas gratificantes de prazer e plenitudes” (NUNES, 1966, p. 251).

A sexualidade em perspectiva emancipatória pressupõe que, quando um indivíduo se encontrar frente “a seus semelhantes, de maneira transparente e confiante, sem as máscaras de uma cotidianidade massacrante, sem os receios de uma violência simbólica inibidora, poderemos retomar as vivências abertas de uma nova antropologia do prazer” (NUNES, 1966, p. 252). Entendemos a sexualidade enquanto uma dimensão que possibilita aprimoramento, adensamento e a constituição da subjetividade e da individualidade. Inversamente, pode também aprisionar, amesquinhar as relações sociais e, a partir desse fundamento, constituir-se em matéria prima enquanto solo fértil à reprodução de formas opressivas e de violação de direitos (SANTOS, 2017). A sexualidade emancipatória desloca o discurso da sexualidade para seu substrato potencializador da realização humana, adotando a crítica a sociedade mercadológica, consumista e autoritária que torna abstratos e distantes os mecanismos de construção de pulsões humanas emancipatórias como a sexualidade. Nessa perspectiva de aproximação a uma crítica ontológica redentora da sexualidade percebe-se, no entanto, que ela ainda se encontra subsumida aos “imperativos mercadológicos e consumistas” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 20).

O intercruzamento de corporeidade e individualidade enquanto parte dos processos ontológicos do ser social permite compreender os modos de ser de uma sociedade e as reflexões nas externalidades e interioridades do indivíduo. Aqui, temos corpo e indivíduo frente ao conjunto de objeções socioeconômicas e às possibilidades de liberdade— reinvenção e resistências. Ao denunciarmos as formas de opressão sexual explicita-se as contradições históricas e tensiona a desarticulação dos discursos morais, estereotipados, violentos e repressores que solidificaram a vivência com a sexualidade e, em contracorrente, propomos uma elaboração de um discurso que permita uma práxis ético-moral e político-emancipatório, o que resultaria em uma apresentação “[da] sexualidade como energia vital da subjetividade e da cultura, pulsão de vida e de morte, expressão plena da condição do ser do homem, real e histórico, na transformação da natureza para construir a própria existência” (NUNES, 1996, p. 224).

Conquanto a ontologia do ser social seja permeada por “atos corporais de trabalho” (BONA JÚNIOR, 2013 p. 103), é na corporeidade que o trabalho se expressa.

São justamente esses atos corporais que permitem a promoção das objetivações do trabalho. Entendemos que é “[na] corporeidade que a sexualidade se manifesta de forma mais intensa, por gestos, relações e comportamentos” (BONA JÚNIOR, 2013, p. 02). O indivíduo manifesta elementos da sexualidade sobre seu corpo, atribuindo a ele uma carga de sentido social, político e econômico em busca de manifestar “a saúde, a vida familiar e social, o trabalho, a cultura e as linguagens, entre tantos outros aspectos que aqui não são citados, mas que dizem respeito à construção da subjetividade humana e nos quais o corpo e a sexualidade deixam marcas indeléveis” (BONA JÚNIOR, 2013. p, 3-4).

A sexualidade é “[uma] ponte, estabelecida entre o indivíduo e a sociedade, que possibilita o ir e vir dialético da construção da personalidade; é o “lugar” da relação que, nos atos de trabalho, constrói a subjetividade” (BONA JÚNIOR, 2012p. 39). É na relação a que Bona Júnior se refere que os elementos ontológicos do ser social se entrecruzam e se combinam enquanto fundamentais ao desenvolvimento humano-social, de forma explícita.

[Isso] significa que corpo e a sexualidade são compostos ou participam de duas realidades: o primeiro em relação à natureza e a cultura e a segunda em relação à sociedade e o indivíduo. Assim, a autêntica sexualidade deve partir da vivência autônoma da corporeidade do indivíduo, nesse construir-se humano com a natureza, com a cultura, com a sociedade e consigo mesmo por meio do trabalho e do fazer-se sujeito (BONA JÚNIOR, 2012, p. 39).

A mediação ontológica entre individualidade, ser social e sexualidade, tendo a corporeidade e os atos corporais do trabalho como fundamentos, relaciona-se com estranhamentos que obstaculizam o desenvolvimento pleno desses complexos, devido às implicações do binarismo de gênero, da reprodução da propriedade privada, da família burguesa e do controle sexual e corporal sustentada pelo capitalismo. A apropriação capitalista e sua consequente exploração de corpos desloca o primado ontológico do trabalho de um estatuto de humanização e autocriação humana e, pelas vias do estranhamento, conduz à socialização dos corpos de forma a simplificar, e não socializar, as objetivações humanas. Bona Júnior (2013) aponta a necessidade de apreender as “ideologias em suas relações materiais com os mecanismos de poder atrelados aos interesses econômicos dominantes sobre o corpo” (p. 10) que, inseridos nesse modo de ser do estranhamento e de objetivações não enriquecedoras das individualidades,

relaciona-se com um modo de ser sexual em que se perpetra um esvaziamento do sentido emancipatório da sexualidade.

O modo de ser do capitalismo empobrece e esvazia o sentido de sexualidade, incidindo o consumo sexual sobre a corporeidade e a individualidade, efetivando o estranhamento do indivíduo de si mesmo, de seu corpo e dos outros indivíduos. Portanto, é fundamental uma “compreensão ontológica do corpo que o compreenda na dinâmica histórica em que, no seio do desenvolvimento do capitalismo, foi alienado, juntamente com o trabalho, da possibilidade de ser o lugar de emancipação do ser humano” (BONA JÚNIOR, 2013, p. 96). A corporeidade e individualidade são expressões de singularidades, cada ser é único e o consumo sexual incide nesses complexos através da transformação de desejo e sexo em mercadorias e objetos. O modo de produção capitalista produz uma indústria sexual e pornográfica que elabora um ralo discurso de liberdade sexual e de gênero, sendo que o que de fato se concretiza é uma forte imposição a um tempo opressora e repressora de uma única forma de experimentar sexo, desejo, afeto, cultura, identidade e disciplina, o que resulta num esvaziamento das expressões da sexualidade. Estimula-se

práticas sexuais e o consumo dos produtos direcionados ao “corpo perfeito”, mas nega-se a ele o desenvolvimento emancipado e central na construção da subjetividade, fundamental no estabelecimento das relações com as pessoas (individualidade) e com o mundo (subjetividade) (BONA JÚNIOR, 2013, p. 18).

Aqui reside uma grande expressão de esvaziamento significativo da sexualidade. Bona Júnior (2013) e Nunes (2005) compreendem que o capitalismo coloca a sexualidade como uma tábua de salvação. Essa tábua é a apropriação econômico-sexual do sexo, do corpo, do fetiche e do desejo de “forma lucrativa”, ou seja, “[ao] se pregar a libertação sexual dos indivíduos, instiga-se o consumo sem limites, abrindo um mercado de exploração e controle eficiente, cuja matéria prima – o desejo – jamais se extingue” (BONA JÚNIOR, 2013, p. 18). A sexualidade é reduzida ao

prazer sexual e ao estímulo ao consumo de corpos e de todos os produtos e adereços fabricados para esse fim, uma educação que se limita à preocupação com a prevenção de doenças e gravidez indesejada ou à prevenção dos atos de violência motivados pelos preconceitos sexistas não consegue romper com essa visão e, tampouco, consegue promover e emancipação do indivíduo no

sentido de dar maior significado às relações sociais e à autoafirmação por meio da sexualidade (BONA JÚNIOR, 2013, p. 19).

A indústria cultural capitalista alimenta essa complexidade de fenômenos através dos “meios de comunicação, principais veículos das propagandas consumistas, estabeleceram padrões de beleza para os corpos e vincularam a eles forte apelo sexual, banalizando o sexo e as relações sexuais” (BONA JÚNIOR, 2013, p. 16). Isso provoca um empobrecimento das relações genuinamente humanas num processo de inutilização de seus significados emancipatórios em que, em vez de proporcionar uma autêntica sexualidade, tudo “parece erotizado, no entanto, não passa de aparência, o que ocorre na verdade é que o erótico se deserotiza [sic], pois a banalização do sexo o desvincula dos projetos e da afetividade de cada um, produzindo um pseudo-erotismo [sic] que reduz a sexualidade rica” (TUCKMANTEL, 2009, p. 96).

| 143

Nesse contexto, é válido destacar que a individualidade está marcada de distinções “de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano” (SANTOS, 2017, p. 16). Assim, fazem-se escolhas pois estão inseridos em relações de poder e dominação que dependem da forma que se materializam. Assim, esse discurso econômico-sexual do capitalismo encontra os indivíduos em sua materialidade e podem sustentar, negar ou resistir e reinventar outras formas de experimentar sexualidade e corporeidade.

E é aqui que individualidade, corporeidade e modo de ser sexual capitalista se inter cruzam e toda carga ontológica do ser social se manifesta. Tendo em vista o estranhamento que o capitalismo provoca, no pôr ontológico que é o trabalho, tanto a sexualidade quanto os sujeitos são reduzidos ao consumo onde o consumismo e a busca por lucro se utilizam do sexo como “importante meio de consumo, seja de objetos, produtos e adereços relacionados a vivências sexuais e ao culto ao “corpo perfeito”, seja de seres humanos cuja importância tem sido violentamente reduzida a adequação corporal a este consumo” (BONA JÚNIOR, 2012, p.19). Na esteira dessa crítica, é preciso compreender a forma como os corpos e as individualidades se posicionam frente à

reprodução social da opressão capitalista frente à sexualidade, que se utiliza do trabalho, do corpo e do desejo como formas de esvaziamento do sentido da sexualidade na individualidade e no campo de interação entre os indivíduos.

A individualidade é a consciência que os atos corporais do trabalho e a própria sexualidade manifesta enquanto consciência dos atributos e possibilidades do ser social e, dessa forma, é “somente o indivíduo [que] pode fazer uso de ações conscientes e previsíveis para, socialmente, intervir no curso da história da humanidade” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 30). Que resgatemos o sentido da formação da individualidade enquanto elaboração criativa dos atos corporais do trabalho é fundamental para se pensar a sexualidade reduzida aos imperativos consumistas porque o indivíduo, em seu processo de planejamento e execução, “põe finalidades à sua ação, aos seus atos de trabalho, passa a ser entendido como uma subjetividade que alimenta o desenvolvimento do ser social e dá rumo à história” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 32), o que justifica que a sexualidade é um projeto em disputa sobre a dualidade liberdade e opressão (SANTOS, 2017).

A crítica central é que os atos corporais do trabalho podem transcender resultados imediatos. A crítica da ontologia do ser social é justamente uma indicação para o resgate do trabalho e uma redenção de sua função finalística e estranhada que ganhou no capitalismo e e, por fim, serve para afirmar trabalho enquanto imprescindível ao enriquecimento do ser social e da individualidade. É através do trabalho que a individualidade se afirma quando “estes atos que, somados aos atos particulares de todos os indivíduos, compõem e põe em movimento a história da humanidade que é a história do Ser Social” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 33). As relações de poder, dominação e violências que inter cruzam as expressões da sexualidade são fruto de uma subjetivação e de uma postura ética, isto é, de um indivíduo que “faz escolhas conscientes a partir de seus atos de trabalho, tem na corporeidade e na sexualidade um importante meio de significar ou orientar tais escolhas” (BONA JÚNIOR, 2012, 40).

Assim, percebe-se que a “dimensão sexual [do ser social] tem sítio um importante viés explorado pelo capitalismo” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 37). Desse modo, do ponto de vista ontológico, é preciso resgatar os processos que levaram à exteriorização dessa sexualidade, bem como sua subjetivação. Baseado nos estudos ontológicos, isso se

dá via fetichização e reificação. A fetichização se dá quando “o ato sexual e todos os produtos industrializados que a ele se destinam se tornam uma finalidade e não um meio de realização humana” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 37); e a reificação é o “estabelecimento da banalização das relações sexuais e a reprodução de ideologias sexuais que transformam os próprios seres humanos em objetos sexuais” (BONA JÚNIOR, 2012, p. 37), é em suma a perda da essência emancipatória que a sexualidade possui, e sua transformação em mercadoria e consumo.

Considerações Finais

Essas aproximações se esforçam por construir uma base ontológica materialista que possibilite reflexões da sexualidade a partir de fundamentos filosóficos-materialistas. Ou seja: afirmar o lugar da corporeidade, individualidade e sexualidade num sentido emancipatório, autocriador e elaborador de objetivações humanas potencializadoras da coexistência entre os indivíduos. Elucidar uma relação direta entre trabalho e sexualidade pressupõe construir uma série de mediações e articulações teóricas-concretas que ampliem o entendimento do trabalho enquanto fundamento do ser social e elabora as objetivações humanas centrais, que impulsionam o desenvolvimento humano social no processo de desenlace dos bloqueios humanos, e o transforma em um ser social. Assim, a individualidade, a depender das relações elaboradas, se apropria ou não dessas objetivações, ampliando a capacidade de desenvolvimento humano. Recorremos à categoria estranhamento para identificar que há objeções sociais que impedem essas objetivações.

Como exposto acima, empreender uma ontologia implica em um reconhecimento das determinações essenciais de um modo de ser. Assim, algumas notas podem aqui serem feitas que possibilitem caminhos reflexivos sobre a relação trabalho e sexualidade:

1. O trabalho é uma atividade humana que produz tanto a sociedade quanto a individualidade a partir da interconexão *indivíduo-natureza*, *indivíduo-indivíduo* e *indivíduo-com outro indivíduo*. A sexualidade humana é entendida aqui como uma atividade/ação/práxis humana que se forja

dentro do contexto de produção da sociedade e da individualidade, respondendo e estimulando o desenvolvimento do ser social para a ampliação e aumento da sua complexificação. Portanto, parte fundamental da interconexão promovida pelo trabalho; ambos, trabalho e sexualidade, podem ser lidos como proponentes de uma elevação dos patamares de desenvolvimento da individualidade e do ser social, se recuperados os sentidos emancipatórios dessas dimensões humanas;

2. Afirmamos que o trabalho produz objetivações humanas enquanto patrimônios histórico-culturais que podem enriquecer a experiência da individualidade quando objetivados. Assim, entendemos que a sexualidade enquanto atividade humana de produção e reprodução de símbolos, signos, desejo, identidades, afeto e cultura elabora objetivações humanas que, se postas sob uma ótica emancipatória, possibilitam o enriquecimento da individualidade e do ser social;
3. A individualidade humana, fruto das objetivações do trabalho, expressa o modo de ser de uma sociedade e, conseqüentemente, reflete tanto as concretes e possibilidades de realização quanto as relações de subordinação e dominação. Assim, a sexualidade expressa-se na individualidade enquanto possibilidade de enriquecimento ou empobrecimento humano, a depender do acervo de objetivações que esta individualidade consegue se apropriar;
4. Sobre o corpo e os atos corporais do trabalho, dentro do binômio liberdade versus opressão, recaem as objetivações que empobrecem a experiência da sexualidade e da individualidade como o binarismo de gênero, a naturalização do sexo, a divisão sexual do trabalho, o controle sexual e o consumo sexual. Ou seja, é o espaço de produção e reprodução do anverso a emancipação corporal e sexual. O corpo que é espaço de realização humana via integração entre corpo e consciência pelos atos do trabalho, pela apropriação do sistema capitalista do trabalho e do corpo, tem seu sentido esvaziado, com e pelo corpo o desejo/eros/sexo através da

fetichização e reificação desse modo de ser sexual capitalista, torna-se mercadoria, objeto.

5. O estranhamento do trabalho posto acima reflete no estranhamento da interconexão *indivíduo-natureza*, *indivíduo-indivíduo* e *indivíduo-com outro indivíduo*, tornando todas essas relações estranhadas. O que recai sobre as possibilidades de apropriação das objetivações emancipatórias e reflete diretamente na sexualidade, sendo que é através desse modo de ser sexual capitalista, que se produz também um estranhamento sexual. Ou seja, o empobrecimento da sexualidade, por uma apropriação consumista da sexualidade, empobrece o sentido da sexualidade para a individualidade e, assim, torna-se uma atividade estranhada, alheia, externa, com uma finalidade fechada em si e que reverbera sistemas de dominação.

O que chamamos de base ontológica para compreensão da sexualidade pressupõe um aprofundamento da compreensão do trabalho e sua ação pela corporeidade nos intercruzamentos externos e internos na individualidade e, em perspectiva emancipatória, resgata o desejo e o prazer da depreciação das identidades sexuais e de gênero que são mercantilizadas e transformadas em um fim em si mesmo. Uma busca, portanto, por entender as determinações essenciais do **modo de ser sexual no capitalismo** que esvazia a sexualidade de seu sentido emancipatório e, que, por isso, retira sua carga ontológica, ou seja, sua função sexo-humana, de elaborar meios de autoconhecimento e humanização do contato entre os seres, ao mesmo tempo em que torna-se um espaço de disputa, resistência e construção de individualidades, corpos e sexualidades que refutem a esse modo de ser sexual no capitalismo.

Referências

BONA JÚNIOR, Aurélio. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Revista Filosofia e Educação (Online)** – Revista Digital do Pandeia, volume 3, número 2, Outubro de 2011 – Março de 2012.

BONA JÚNIOR, Aurélio. **O corpo na educação emancipatória da sexualidade: uma análise das iniciativas do governo do Paraná (2008-2009)**. Tese (Doutorado em

Educação) Universidade Estado de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2014.

BONA JÚNIOR, Aurélio. Corpo e trabalho na educação emancipatória da sexualidade. **Revista Espaço Acadêmico** – nº 154, Março, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8) | 148

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, 2º ed.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. – 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção educação contemporânea).

HÚNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer**. Campinas, SP, 2008. (Tese de Doutorado: Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas).

MÁRKUS, György. **Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**; tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010. il. – (Coleção Marx-Engels).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. – São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

NUNES, César. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos éticos-sociais e históricos-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996.

NUNES, César. **Desvendando a sexualidade**. 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

NUNES, César. Política, Sexualidade e Educação. **Revista Filosofia e Educação**. Vol. 3, nº 2. Outubro 2011 – Março 2012.

SANTOS, Silvana M. M. Diversidade sexual: fonte de opressão e liberdade no capitalismo. **Revista Argumentum**, Vitória, Espírito Santo, vº 9, nº 1, 2017.

SANTOS, Silvana M. M. **Pensamento da esquerda e a política de identidade: particularidades da luta pela liberdade da orientação sexual**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

SOUZA, Djonatan Kaic Ribeiro. **Sexualidade e “Cidadania LGBT”: possibilidades e limites dos direitos no capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2019.

SILVEIRA, M. L. S. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo**. Revista Outubro, nº 7, 2002.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TUCKMANTEL, Maísa M. **Educação sexual: mais qual? Diretrizes para a formação de professores na perspectiva emancipatória**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

A PERSPECTIVE ON SEXUALITY THROUGH THE ONTOLOGY OF SOCIAL BEING

ABSTRACT: This paper seeks to present the theoretical-political possibilities of understanding that underly the concept of sexuality. It intends to do so through an analysis of how sexuality operates according to a Marxist-inspired theory of sexuality as a libertarian practice. The base concepts of an ontology of Social Being as presented by Georg Lukacs are therefore used in the search for a historical dialectics for sexuality's role in Capitalism. Since the concept of work is relevant for the development of the Social Being, this paper reflects upon the concepts of individuality and corporeity as key pieces for an approach to sexuality in the trails of its ontology.

Keywords: Ontology; Work; Individuality; Sexuality in Capitalism; Corporeity.

Recebido: 03/06/2020

Aceito: 17/12/2020